

Congresso reage a vetos de Dilma

Parlamentares apresentam pelo menos 620 emendas para alterar o novo Código Florestal



Maria Lima

marlima@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

Numa clara demonstração de que não estão satisfeitos com os vetos nem com a medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff para substituir o texto aprovado na Câmara sobre o Código Florestal, deputados e senadores apresentaram ontem uma enxurrada de emendas à MP. Às 20h30m, quando se encerrou o prazo para apresentação de propostas de alteração, a assessoria do Congresso havia registrado pelo menos 620 emendas.

Hoje recomeça mais um round. A comissão mista que vai analisar a admissibilidade da MP será instalada e o relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), deve anunciar um cronograma de trabalho, com a tentativa de impor um rito sumário para agilizar a votação. A ideia do relator é aceitar o mínimo de emendas possível, para construir, já na comissão, um texto de consenso antes da Rio+20.

— Tem emenda de toda sorte, mas a ideia é olhar com lupa e evitar o máximo possível de emendas para não reabrir todas as polêmicas e voltar a estaca zero. Aceitar só emendas que venham a aperfeiçoar, para fazer algum ajuste que não foi conseguido. Se abrir tudo de novo, será o melhor jeito de não ter solução. Devemos ter um cronograma com rito sumário, o Luiz Henrique apresentar o relatório na próxima semana e votar o mais rápido possível — disse o senador Jorge Viana (PT-AC), que deve auxiliar o relator na comissão mista.

— O fato de Dilma ter priorizado, ter dado atenção especial ao pequeno produtor, no caso da recomposição das áreas degradadas, tirou o argumento de quem estava contra. Isso vai facilitar um entendimento — completou Viana.

Ruralistas: MP pune médios produtores

● O presidente da Frente Nacional da Agropecuária, deputado Homero Pereira (PR-MT), disse que os ruralistas apresentaram 58 emendas que, fundamentalmente, visam a dar mais segurança jurídica e tentam flexibilizar o escalonamento para recuperação das áreas degradadas, beneficiando também os médios produtores. Ele disse que a MP beneficia os pequenos, até quatro módulos, mas é muito dura com os médios. Segundo Pereira, quem tem cinco módulos é quase igualado aos grandes nas obrigações de recuperação das áreas.

Outra emenda sugere que os recursos de multas e licenciamentos sejam destinados a um fundo para subsidiar pequenos e médios produtores na recuperação de áreas degradadas. Para Pereira, 90% do código e da MP são bons e representam avanços, mas é preciso ajustar 10% do texto.

A MP 571, editada em 28 de maio, prevê trinta mudanças no novo Código Florestal. Em imóveis com área de um a dois módulos, será obrigatória a recomposição de faixa de mata de oito metros de largura, e em imóveis de dois a quatro módulos, serão 15 metros de mata, para rios de qualquer tamanho.

— A MP é muito dura com os médios produtores, que acabaram penalizados. Quem tem mais de cinco módulos está sendo quase igualado aos grandes proprietários que tem condições de fazer essa recuperação. Tem que ter um apoio financeiro do governo para ajudar esses pequenos e médios, quem tem de cinco a 15 módulos. Se não houver essas mudanças, vai ser uma lei que não vai pegar, não terá efeito na prática — disse Pereira.

Após passar pela comissão mista, a MP será votada na Câmara e, depois, no Senado. Caso haja mudanças, voltará para a Câmara.

COMO FICOU O NOVO CÓDIGO FLORESTAL



A presidente Dilma Rousseff vetou 12 dispositivos do projeto de lei aprovado no Congresso



A Medida Provisória 571/2012 deu nova redação ao código, substituindo trechos vetados



Conceitos gerais

O artigo 1º foi vetado integralmente com a justificativa de que o texto aprovado pelos deputados não indicava com precisão os parâmetros que norteiam a interpretação e a aplicação da lei



Recomposição de áreas de proteção

O artigo 61 foi vetado integralmente com a justificativa de que, ao tratar da recomposição de áreas de preservação permanente, como beiras de rios, a redação é imprecisa e vaga. A MP estabeleceu que a vegetação de margens de rios deve ser recuperada por todos os proprietários, independentemente do tamanho do imóvel

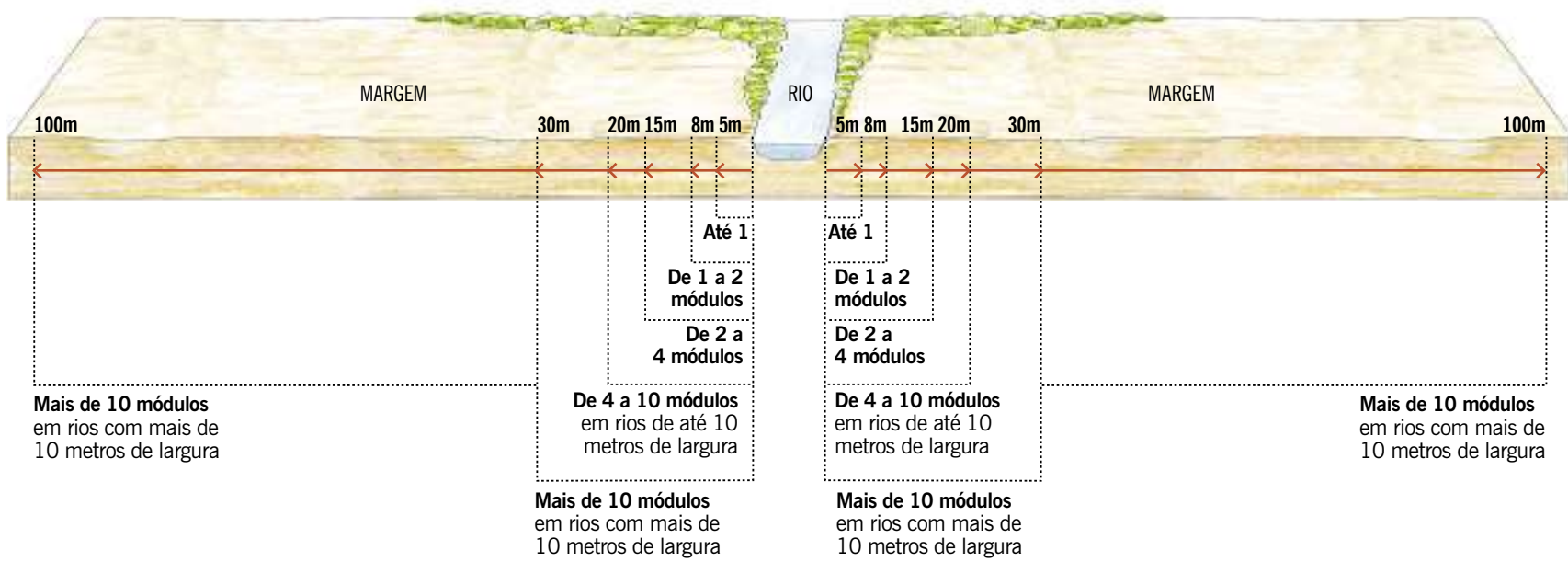


Concessionárias/recuperação

O artigo 43 foi vetado integralmente. Justificativa do governo: Impõe aos concessionários de serviços de abastecimento de água e de geração de energia elétrica o dever de recuperar e preservar áreas de preservação permanente de toda a bacia hidrográfica em que se localiza o empreendimento e não apenas na área onde está instalado

Cada módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme a localização no país

FAIXAS PARA RECOMPOR DE ACORDO COM OS MÓDULOS FISCAIS



Agência Senado/14-12-2011



JORGE VIANA: senador petista teme que discussão possa voltar à estaca zero



A ideia é olhar com lupa e evitar o máximo possível de emendas para não reabrir todas as polêmicas

Senador Jorge Viana (PT-AC)



Se não houver essas mudanças, vai ser uma lei que não vai pegar, não terá efeito na prática

Deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente da Frente Nacional da Agropecuária

Câmara dos Deputados/14-12-2011



HOMERO PEREIRA: ruralistas querem menos rigor para os médios produtores

Governo cria seis reservas indígenas

Medida faz parte de pacote ambiental que será anunciado hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente

André de Souza
andre.renato@bsb.oglobo.com.br

● BRASÍLIA. A oito dias do começo da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a presidente Dilma Rousseff anuncia hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, um pacote ambiental com medidas que incluem a criação de reservas extrativistas, homologação de terras indígenas e um decreto que leva em conta a sustentabilidade dos fornecedores quando o governo for às compras.

O governo vai anunciar a criação de pelo menos duas reservas extrativistas e seis reservas indígenas. A medida rompe com um longo período sem a criação de unidades de conservação. Em abril, o GLOBO mostrou que o governo Dilma não criou até hoje um hectare de área protegida, embora, só no ano passado, o Ministério do Meio Ambiente tenha concluído estudos para que

12 novas unidades de conservação federais fossem criadas. Na Casa Civil, há nove propostas de área ambiental para criar ou ampliar unidades. Além disso, a homologação de terras indígenas também vem tendo dificuldades para sair do papel.

O governo também vai anunciar um decreto de sustentabilidade para as compras públicas. Isso significa que o governo levará em conta, na hora de escolher seus fornecedores, se os produtos são ecologicamente sustentáveis.

O governo também deve anunciar medidas como desoneração de tributos (PIS/Cofins e IPI) e linhas de créditos mais baratas dos bancos públicos para investimentos na produção de bens sustentáveis e incentivos para energias renováveis, como a solar, etanol e biodiesel. Essas medidas ainda estavam em estudo ontem à noite.

O governo vem evitando falar publicamente sobre o assunto, sem

adiantar o conteúdo das medidas, deixando isso apenas para anúncio de hoje. Mas na semana passada, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante reunião ordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), já anunciara que hoje seria instituído o Pacto pelas Águas. O pacto, que prevê ações dos governos federal, estaduais e municipais, prevê investimentos de R\$ 20 milhões ao ano no financiamento da gestão nas principais bacias hidrográficas brasileiras. O pacto prevê ainda monitoramento e apoio dos órgãos federais.

Ambientalistas criticam sigilo que cerca anúncio de medidas

Os ambientalistas criticaram o clima de mistério em torno do anúncio das medidas. Disseram que a sociedade não foi ouvida e avaliam que as medidas, mesmo positivas, ficam aquém dos danos provocados ao meio ambiente

sem o veto total do novo Código Florestal. Dilma vetou apenas as partes mais polêmicas do texto.

— O governo está entrando nessa conferência pela porta dos fundos — disse Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, sobre a à Rio+20.

— Estão criando duas reservas extrativistas? Muito bom. Reservas indígenas? Também têm retorno para o meio ambiente. Mas essas duas medidas, depois de vetar parcialmente o Código Florestal, são nulas — destacou Roberto Lenox.

Também hoje, no mesmo horário da cerimônia em que será anunciado o pacote, algumas entidades ambientalistas estão planejando uma manifestação em Brasília, contra o que consideram ser falhas do governo federal na área ambiental. ■

● AGROTÓXICOS CONTAMINAM SOLO, AR E ÁGUA DE CIDADES FLUMINENSES , na página 12